



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA DO ESTADO DO AMAZONAS
GABINETE DEPUTADO COMANDANTE DAN
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES-CDDCA
P A R E C E R

PROJETO DE LEI Nº 183/2025

Autoria: Deputada Débora Menezes.

Relator: Deputado Comandante Dan

Altera, na forma que especifica, a Lei Ordinária nº 7.127, de 17 de outubro de 2024, que “Dispõe sobre a proibição da reprodução em mídias digitais, televisivas e apresentações culturais e artísticas de conteúdo sexual vinculado às crianças em todo o Estado do Amazonas”.

I – RELATÓRIO:

Na data do dia 11 de março de 2025, foi protocolado pela ilustre **Deputada Débora Menezes**, o **Projeto de Lei de nº. 183/2025**, qual Institui o Código de Conduta “Infância Protegida”, para profissionais do esporte que atuam com menores de idade e dá outras providências.

As justificativas do projeto encontram-se anexas.

O presente projeto foi incluído em reuniões ordinárias, tendo permanecido em pauta, sem receber emendas ou substitutivos.

Sendo ainda, distribuída às seguintes comissões temáticas: *Comissão de Constituição, Justiça e Redação; Comissão de Assuntos Econômicos*.

Seguindo a tramitação regimental, o Projeto de Lei nº 138/2025 foi encaminhado à **Comissão de Constituição, Justiça e Redação-CCJR**. Em 07 de maio de 2025, a referida Comissão apresentou **Emenda Supressiva** e, posteriormente, emitiu **Parecer Favorável** à aprovação da matéria, sob a relatoria do ilustre Deputado Felipe Souza.

Em seguida, o Projeto foi submetido à apreciação da **Comissão de Assuntos Econômicos-CAE**, cabendo a relatoria ao ilustre Deputado **Adjunto Afonso**, que se manifestou **FAVORÁVEL** à aprovação do Projeto de Lei nº 183/2025, em 03 de setembro de 2025.

Ato contínuo, foi encaminhado a esta Comissão e passo a emitir parecer, na tentativa de criar juízo de valor, conclamando os nobres pares desta Comissão e ao Douto Plenário deste Poder, para acompanhar o parecer deste relator.

É o breve relatório. Passo a opinar.

II – FUNDAMENTAÇÃO:

A alteração proposta à Lei Ordinária nº 7.127/2024 visa garantir a **efetiva proteção da infância e adolescência** no que diz respeito à exposição a conteúdos de natureza sexual, os quais vêm sendo



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA DO ESTADO DO AMAZONAS
GABINETE DEPUTADO COMANDANTE DAN

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES-CDDCA

amplamente difundidos, de forma explícita ou disfarçada, nos meios de comunicação, plataformas digitais e manifestações artísticas.

A proposta acrescenta o artigo 1-A, que define de maneira objetiva o que se entende por conteúdo sexual, compreendendo **nudez, simulação de atos sexuais, conteúdo erótico ou pornográfico, e atos de natureza libidinosa**. Tal definição busca **prevenir interpretações subjetivas e permissivas**, protegendo a integridade emocional, psicológica e moral dos menores.

Do ponto de vista constitucional, a proposição encontra amparo no artigo **227 da Constituição Federal**, que estabelece como prioridade absoluta do Estado, da família e da sociedade a proteção integral de crianças e adolescentes, garantindo-lhes o direito à dignidade, ao respeito, e à formação livre de qualquer forma de violência, exploração ou exposição indevida.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Da mesma forma, a **Constituição do Estado do Amazonas**, em seu **artigo 242, § 4º**, reafirma o dever do Estado na proteção integral à criança e ao adolescente:

Art. 242. A família, base da sociedade, gozará de especial proteção do Estado, na forma estabelecida pela Constituição da República.

§ 4.º É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, **com absoluta prioridade**, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (grifo nosso)

Com base nesse arcabouço constitucional, a proposição legislativa **não apresenta vício de iniciativa ou de competência**, e está em perfeita sintonia com os princípios que regem a proteção infantojuvenil.

Além disso, o **Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990)** reafirma a responsabilidade do poder público em **resguardar os direitos infantojuvenis contra toda forma de**





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA DO ESTADO DO AMAZONAS
GABINETE DEPUTADO COMANDANTE DAN

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES-CDDCA

negligência, discriminação, exploração, violência e crueldade, inclusive no ambiente digital e artístico-cultural.

Em resumo, trata-se de uma proposta **legal, legítima e profundamente necessária**, que equilibra os direitos à liberdade de expressão e manifestação cultural com a proteção integral das crianças e adolescentes, priorizando o bem-estar e o desenvolvimento sadio da infância no Amazonas.

III - VOTO:

Diante de todo o exposto, emito **VOTO FAVORÁVEL** na forma da emenda supressiva apresentada da CCJR à regular tramitação e aprovação do **Projeto de Lei nº 183/2025**, de autoria da eminente Deputada Débora Menezes.

É como voto, salvo melhor juízo do C. Plenário desta E. Casa de Leis.

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTES - CDDCA, em Manaus, 30 de setembro de 2025.

COMANDANTE DAN - PODEMOS/AM
Deputado Estadual
Relator





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

ASSINATURAS DIGITAIS

MAYRA BENITA ALVES DIAS GARCIA - EM 01/10/2025 11:47:18
ABDALA HABIB FRAXE JUNIOR - EM 01/10/2025 11:32:48
DEBORA SALGUEIRO DE MENEZES - EM 01/10/2025 09:30:40
DAN CAMARA - DEPUTADO(A) - EM 30/09/2025 12:59:57



Documento 2025.10000.00000.9.042549
Data 30/09/2025



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

TRAMITAÇÃO
Documento Nº 2025.10000.00000.9.042549

Origem

Unidade: DEP. COMANDANTE DAN
Enviado por: DAN CAMARA
Data: 30/09/2025

Destino

Unidade: COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES
Aos cuidados de: RENATO RAMOS TRINDADE

Despacho

Motivo: ANÁLISE E PROVIDENCIAS
Despacho: ENVIO PARA COLETA DE ASSINATURA PL 183/2025